

UMA PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

#29

ANO 2025

energia



O OBSERVATÓRIO
DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO



BRAZIL ENERGY FRONTIERS 2025

O SETOR ELÉTRICO E SEUS DESAFIOS

Dois grandes desafios precisam ser enfrentados pelo setor elétrico com altíssimo grau de urgência: o resgate da governança institucional e a coordenação em um mercado descentralizado de oferta de energia. Com o objetivo de explorar de forma estruturada ambos os temas com especialistas internacionais e nacionais, o Instituto Acende Brasil promoveu, no dia 21 de agosto, a conferência Brazil Energy Frontiers 2025.

RESGATE DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Nos últimos anos, houve uma transferência de parcela significativa do poder, inclusive orçamentária, do Poder Executivo para o Legislativo. Esta reconfiguração impactou diversos setores da economia, inclusive o setor elétrico, que é altamente regulado.

Págs.: 3 a 12

DESCENTRALIZAÇÃO DA OFERTA DE ENERGIA

Reformas liberalizantes promovidas nas últimas décadas têm aberto o setor elétrico cada vez mais para a competição. As perguntas que surgem nesse contexto são: a coordenação é possível em um ambiente descentralizado? E como lidar com os desafios do autossuprimento, seja na autoprodução, seja no autoconsumo com minigeração ou microgeração distribuída?

Págs.: 13 a 26



O Instituto Acende Brasil é um *think tank* (centro de estudos) voltado ao desenvolvimento de ações e projetos para aumentar o grau de **Transparência e Sustentabilidade** do Setor Elétrico Brasileiro.

Atuar como **Observatório do Setor Elétrico Brasileiro** significa pensar e analisar o setor com lentes de longo prazo. Com base neste modelo, o Instituto foi consolidando progressivamente a análise dos principais vetores e pressões econômicas, políticas e institucionais que moldam as seguintes dimensões setoriais:



AGÊNCIAS
REGULADORAS



MEIO AMBIENTE
E SOCIEDADE



GOVERNANÇA
CORPORATIVA



OFERTA DE
ENERGIA



IMPOSTOS E
ENCARGOS



RENTABILIDADE



LEILÕES



TARIFA E
REGULAÇÃO

Presidente:

Claudio J. D. Sales

Diretor Executivo:

Eduardo Müller Monteiro

Diretor de Assuntos Socioambientais e Sustentabilidade:

Alexandre Uhlig

Diretor de Assuntos Econômicos e Regulatórios:

Richard Lee Hochstetler

Pesquisa e Desenvolvimento:

Patrícia Guardabassi

Engenheiro:

Joaci Lima Oliveira

Engenheiro:

João Cho

Economista:

Fabrizio Lóes

Comunicação:

Melissa Oliveira

Assuntos Administrativos:

Eliana Marcon

São Paulo

Rua Joaquim Floriano, 466 Edifício Corporate, conj. 501

CEP 04534-004, Itaim Bibi – São Paulo, SP, Brasil

Telefone: +55 (11) 3704-7733

Energia, uma publicação do Instituto Acende Brasil, aborda a sustentabilidade nas suas três dimensões: econômica, ambiental e social.

Versão impressa e online: www.acendebrasil.com.br/boletim

Texto: **Thereza Martins / MTB: 12.347**

Projeto gráfico: **Gabriel Gonçalves**

Sobre o Brazil Energy Frontiers 2025

Se perguntássemos a um grupo de autoridades, profissionais ou pesquisadores quais são os principais desafios que precisam ser enfrentados pelo setor elétrico com altíssimo grau de urgência, possivelmente seriam citados diversos tópicos, mas certamente dois deles seriam frequentemente lembrados: o resgate da governança institucional e a coordenação em um mercado descentralizado de oferta de energia.

*Com o objetivo de explorar de forma estruturada ambos os temas, com especialistas internacionais e nacionais, o Instituto Acende Brasil promoveu no dia 21 de agosto, no Rio de Janeiro, a conferência **Brazil Energy Frontiers 2025**, evento que apresentou alguns diagnósticos e análises.*

Com relação ao primeiro tema (Painel 1) do nosso encontro – Resgate da governança institucional –, vale ressaltar que no passado o Poder Executivo desempenhava papel de liderança na proposição de políticas públicas, inclusive no encaminhamento de matérias ao Congresso Nacional. Nos últimos anos, houve uma transferência de parcela significativa do “poder orçamentário” do Poder Executivo para o Legislativo, o que levou o Congresso Nacional a ganhar protagonismo na elaboração e execução do orçamento público.

Essa reconfiguração da estrutura constitucional presidencialista alterou a dinâmica legislativa, pois enquanto a atuação do Poder Executivo é pautada e avaliada pelos interesses nacionais nas eleições presidenciais, a dinâmica eleitoral dos parlamentares é pautada primordialmente pelos interesses locais e específicos. Essa nova dinâmica é especialmente nociva quando se trata da definição de políticas públicas para o setor elétrico, um setor essencial da economia que exige delicada combinação de coerência sistêmica, coordenação e internalização de externalidades para assegurar o fornecimento de energia elétrica de forma eficiente, segura e com modicidade tarifária.

A disputa do poder não se limita ao Legislativo, pois transborda também para as agências reguladoras como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e para as autoridades setoriais, como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

A respeito do tema analisado no Painel 2 – Coordenação frente à descentralização da oferta de energia –, observamos que o sistema elétrico se assemelha a um complexo organismo composto de múltiplos órgãos, cada qual especializado em uma função específica, operando de forma integrada, coordenada e interdependente para o benefício do todo. Reformas liberalizantes promovidas nas últimas décadas têm aberto o setor elétrico cada vez mais para a competição. A pergunta que surge nesse contexto é: a coordenação é possível em um ambiente descentralizado?

*O **Brazil Energy Frontiers 2025** só foi possível com o apoio de nossos patrocinadores. A todos, o nosso muito obrigado. Nas próximas páginas trazemos um resumo do que foi apresentado e debatido em um dia inteiro de intensos trabalhos.*

Boa leitura!

Claudio J.D. Sales

Presidente do Instituto Acende Brasil



APRESENTAÇÃO DO PAINEL 1

Resgate da GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Este é um tema que merece especial atenção pelos impactos que a falta de divisão e protagonismo claros entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) causa no sistema de freios e contrapesos tão necessários para evitar abusos de poder no sistema que rege os destinos do país.

O tema proposto para o 1º painel do Brazil Energy Frontiers 2025 colocou em debate questões como: enfraquecimento da agência reguladora; interferências e politização dos órgãos setoriais; intervenções sobre a regulação e planejamento energético; e atropelos no rito legislativo. A apresentação foi feita por Eduardo Müller Monteiro, Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil.

Como observadores, analistas e formuladores de caminhos para o setor elétrico brasileiro, constatamos que a formulação e a gestão das políticas públicas estão em desordem. Percebemos que a legislação e a regulamentação do setor carecem de um norte porque predominam, ultimamente, remendos para tratar questões pontuais, sem uma visão sistêmica, estrutural e de longo prazo.

Já há algum tempo, o setor elétrico não tem interlocutores com uma visão sistêmica para discussões técnicas e embasadas sobre políticas públicas. O fato é que, na prática, o Congresso Nacional tem assumido posturas de intervir cada vez mais na regulamentação setorial, o que não é o seu papel.

As intervenções são feitas de forma superficial, visando a atender interesses específicos, sem avaliar os efeitos sistêmicos de suas políticas e sem embasamento técnico.

Além disso, constatamos que a atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) tem sido contaminada por interesses político-partidários. Tal constatação não equivale a dizer que a Aneel esteja politizada, mas que ela é afetada por interesses político-partidários que atrapalham a sua atuação, que deveria ser essencialmente técnica.

Outro ponto que caracteriza essa sensação de des-governança é o fato de o Poder Executivo e o Congresso não caminharem na mesma direção. Exemplos:

- O governo propondo uma “reforma setorial” por meio das Medidas Provisórias (MP) 1.300/2025 e 1.304/2025, sendo que uma reforma do setor vinha sendo discutida no Congresso Nacional há vários anos antes de ser apresentada na forma de uma MP.
- A derrubada de vetos presidenciais sobre os ‘jabutis’* da Lei das Eólicas Offshore (Lei 15.097/2025).

Nesse cenário, observa-se um acirramento contínuo do embate entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional, este último com base em uma postura de protagonismo intervencionista. Para se ter uma ideia, entre 2023 e 2024 apenas 17% das medidas provisórias apresentadas pelo Poder Executivo foram aprovadas pelo Congresso. O mecanismo para que isso ocorra é baseado no bloqueio ou atraso da constituição das comissões mistas para apreciação das MPs.

Outro exemplo do protagonismo do Legislativo e do embate com o Executivo é a derrubada, pelos parlamentares, de vetos presidenciais a medidas aprovadas pelo Congresso, mas não alinhadas aos propósitos do Executivo. Com isso, as distorções vão se acumulando.

Vale ressaltar que a maior parte dos encargos setoriais que se avolumam no setor elétrico é determinada por legislação estabelecida pelo Congresso Nacional. A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – o maior encargo

– cresceu 17% ao ano desde 2018, passando de R\$ 16,4 bilhões para R\$ 49,2 bilhões, afetando diretamente os consumidores, via conta de luz.

PROTAGONISMO INTERVENCIONISTA DO CONGRESSO NACIONAL

Nos últimos anos o **Poder Legislativo vem adquirindo mais poderes** frente ao Poder Executivo, o que é evidenciado por:

NÃO PROMULGAÇÃO DE MEDIDAS PROVISÓRIAS

- **FATO:** No biênio 2023–2024, **apenas 17% das MPs apresentadas foram aprovadas**
- **MEIO:** Lideranças do Congresso bloqueiam ou retardam a constituição das comissões mistas para apreciação das MPs

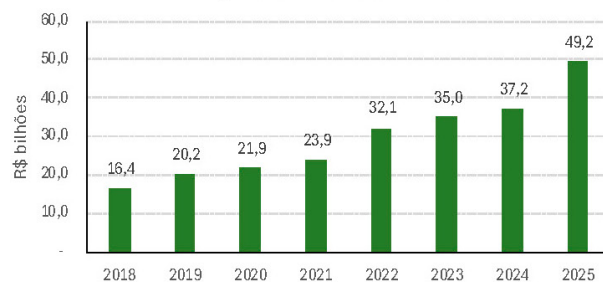
DERRUBADA DE VETOS PRESIDENCIAIS

- Nos últimos anos **o Congresso Nacional tem derrubado vetos presidenciais com frequência**
- Exemplos:
 - Piso salarial da enfermagem (2020)
 - Auxílio Brasil fora do teto (2021)
 - ‘Orçamento Secreto’ (2023)
 - Desoneração da folha (2024)
 - Lei das Eólicas *Offshore* (2025)

EXPANSÃO DOS ENCARGOS SETORIAIS

- A maior parte dos encargos setoriais são determinados pela legislação estabelecida pelo Congresso Nacional
- A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – o maior encargo – cresceu 17% ao ano desde 2018

ORÇAMENTO ANUAL DA CDE



Fonte: Aneel. Elaboração: Instituto Acende Brasil.

PROBLEMA

DIAGNÓSTICO

RESOLUÇÃO

AGÊNCIAS REGULADORAS SOB ATAQUE

As agências reguladoras cuidam de setores essenciais, como óleo e gás, saneamento, saúde, energia elétrica, entre outros, por onde circulam muito dinheiro e muitos interesses. Por isso, é essencial que os reguladores tenham autonomia. Tal autonomia é o que possibilita à Aneel, por exemplo, evitar populismo tarifário na conta de luz. O mundo político adoraria dar boas novas em relação à conta de luz, mas conhecemos a lógica da formação de tarifa. Nesse sentido, é necessário blindar o mundo técnico do mundo político.

Como prova de que o loteamento político das agências é uma realidade, basta observar a intensa negociação que ocorre nos bastidores entre governo e lideranças políticas pelas nomeações dos dirigentes das agências sempre que vagam cargos de diretoria.

Os ataques às agências reguladoras vêm predominantemente de duas frentes: tanto do Poder Executivo, que

muitas vezes desconhece o fato de as agências serem uma entidade de Estado, e não de governo; e do Poder Legislativo. O slide abaixo ilustra alguns exemplos desses ataques, que também ocorrem fora do Brasil.

AGÊNCIAS REGULADORAS SOB ATAQUE

ATAQUES DO EXECUTIVO

“Hoje, a lei das agências confere aos senadores a prerrogativa de aprovar as indicações do Executivo às autarquias. Os mandatos das diretorias colegiadas têm duração de 5 anos “não coincidentes” – ou seja, o Presidente da República eleito tem de conviver, por um período, com diretores que não escolheu.

O mecanismo, tem sido alvo de críticas frequentes do presidente Lula (PT) e do ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira. O tema foi amplificado após o apagão em São Paulo, que tornou públicas as rusgas entre o governo e a diretoria da Aneel.”

(O Estado de S. Paulo, 24/10/2024)

ATAQUES DO LEGISLATIVO

- **Emenda 54 da MP 1.154/2023** previa a **constituição de Conselhos Normativos**, ligados à administração direta para edição de atos normativos infralegais nas áreas de regulação aprovados pelo Congresso Nacional
- **PEC 42/2024** confere à **Câmara dos Deputados competência privativa para acompanhar e fiscalização** das atividades e atos normativos **das agências reguladoras**, podendo definir prazo para a adoção de providências necessárias para atendimento do seu entendimento do exato cumprimento da lei

ATAQUES NO EXTERIOR TAMBÉM

- Em junho de 2024, a **Suprema Corte dos EUA reverteu** precedente importante conhecido como o **‘Chevron Deference’** (caso *Chevron v. Natural Resources Defense Council*, 1984)



- A doutrina do *Chevron Deference* era que **a Justiça deve respeitar a discricionariedade das agências reguladoras em temas em que a legislação é omissa ou ambígua**, interferindo apenas em situações de clara e unívoca violação da intenção expressa na legislação
- A doutrina é fundamentada no fato de as **agências reguladoras serem mais qualificadas nos seus campos de atuação** em função do conhecimento especializado e técnico
- **A decisão reduz o poder das agências reguladoras**, abrindo espaço para maior escrutínio judicial

PROBLEMA

DIAGNÓSTICO

RESOLUÇÃO

9

LEGISLATIVO SE APODERA DE PARCELA CRESCENTE DO ORÇAMENTO

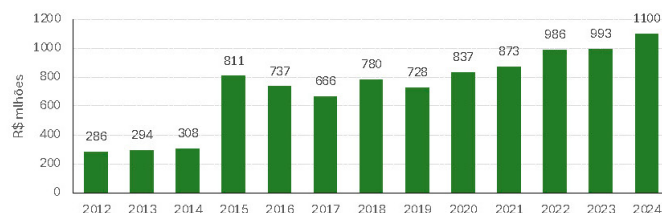
Uma das consequências do empoderamento crescente do Legislativo sobre o Executivo está na expansão da fatia de recursos públicos destinados ao Congresso, como fundo

partidário e orçamento impositivo, como demonstrado nas telas abaixo:

LEGISLATIVO SE APODERA DE PARCELA CRESCENTE DO ORÇAMENTO (1 DE 2)

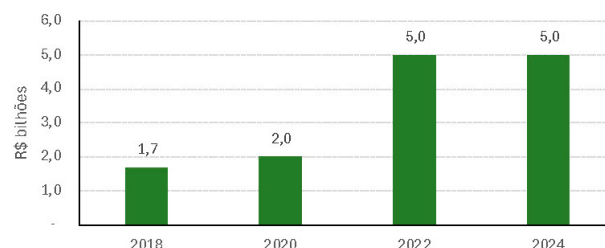
AMPLIAÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO

- O **Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário)** distribui recursos orçamentários aos partidos políticos para financiamento de suas campanhas eleitorais
- O Fundo Partidário foi criado pela Lei 4.740/1965, foi reorganizado pela Lei 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), e depois foi ampliado em 2015, quando o Supremo Tribunal Federal proibiu o financiamento empresarial



CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO FUNDO ELEITORAL

- O **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)** distribui recursos orçamentários aos partidos políticos para financiamento das campanhas eleitorais
- O FEFC foi criado em 2017, mas foi substancialmente ampliado em 2022



PROBLEMA

DIAGNÓSTICO

RESOLUÇÃO

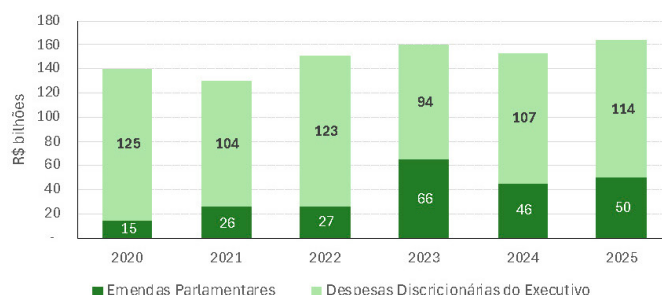
20

LEGISLATIVO SE APODERA DE PARCELA CRESCENTE DO ORÇAMENTO (2 DE 2)**ORÇAMENTO IMPOSITIVO**

- **EMENDA IMPOSITIVAS:** a **Emenda Constitucional 86/2015** tornou obrigatória a execução de parte das emendas parlamentares individuais
- **EMENDA DE BANCADA ESTADUAL:** a **Emenda Constitucional 100/2019** introduziu a obrigatoriedade de inclusão das emendas feitas coletivamente por deputados e senadores de cada um dos estados e do Distrito Federal na Lei Orçamentária Annual (LOA)
- **TRANSFERÊNCIA ESPECIAL:** a **Emenda Constitucional 105/2019** possibilitou a transferência direta de recursos federais para estados, municípios e o Distrito Federal por meio das emendas parlamentares individuais, sem necessidade de convênio, acordo ou instrumento similar

'PODER ORÇAMENTÁRIO'

- Com estas mudanças o Congresso Nacional passou a deter **controle sobre cerca de um terço das despesas discricionárias** da União



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Elaboração: Instituto Acende Brasil.

PROBLEMA

DIAGNÓSTICO

RESOLUÇÃO

21

DIVISÃO DOS PODERES

A fim de evitar distorções, sejam elas políticas ou de grupos de interesse, o ideal seria que cada instituição cumprisse o seu papel de forma independente e técnica,

prevenindo abusos de poder e conflitos desnecessários. Parece incrível, mas as funções abaixo não são claras para vários agentes:

**Ministério de Minas e Energia (MME):**

é o responsável por formular políticas públicas de energia, o que envolve o planejamento estratégico do setor, a concepção de contratos, a coordenação dos leilões, e o monitoramento das condições de oferta e demanda, inclusive contando com a ajuda do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

**Congresso Nacional:**

tem uma atribuição muito importante, que é definir os limites e as “regras do jogo”, delimitando as atribuições de cada uma das instituições setoriais. O setor elétrico é uma referência por ter várias instituições com atribuições específicas. Entretanto, estas atribuições não estão sendo respeitadas.

**Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel):**

é responsável pelo ambiente infralegal. O detalhe da implementação da regulação da normatização cabe à Aneel, e não ao Congresso. O regulador também cuida da gestão de contratos que foram concebidos de acordo com a política pública do MME. A Aneel também precisa fiscalizar todos os elos da cadeia de valor do setor elétrico.

Vale reforçar que agência reguladora não é entidade de governo – mas de Estado – e deve estar blindada contra interferências políticas e capturas de qualquer grupo de agentes, promovendo sempre o interesse público de longo prazo.

Nesse contexto, é fundamental que o regulador atue com base em critérios técnicos e com estabilidade regulatória. Para isso, a estrutura dessas agências contempla mecanismos robustos de governança, estando sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União (TCU) e à supervisão do Poder Judiciário. Além disso, sua atuação é pautada por uma agenda regulatória previamente divulgada; todas as propostas são fundamentadas por notas técnicas e passam por processos de tomada de subsídios, consultas e audiências públicas, bem como análises de impacto regulatório. Por fim, a transparência e a prestação de contas são asseguradas por meio dos relatórios de gestão apresentados ao Congresso Nacional.

Vale também lembrar que os mandatos de diretores de agências precisam ser fixos e escalonados, e que a seleção

e a sabatina de seus diretores deve ser meritocrática, baseada na qualificação profissional, na experiência e no conhecimento do profissional.

Apenas com o respeito a esse conjunto de boas práticas poderemos chegar a uma agência reguladora com autonomia em duas dimensões: autonomia decisória e autonomia administrativo-financeira.



KEYNOTE SPEAKER DO PAINEL 1

**CAIO JUNQUEIRA**

Analista político e jornalista da CNN Brasil

Nova ordem da
POLÍTICA BRASILEIRA

Características dessa nova ordem: Executivo fragilizado; Congresso com poder de agenda e controle de recursos; STF hipertrofiado e politizado; e polarização e campanha permanente.

Na abertura de sua exposição como convidado do Instituto Acende Brasil para o primeiro painel do **Brazil Energy Frontiers 2025**, Caio Junqueira argumentou que a partir de 2013 foi-se configurando no país uma nova ordem política, quando multidões foram às ruas em diversas capitais e centros urbanos, sem uma agenda política nem lideranças claras, fragilizando o governo executivo de então.

A presidente era Dilma Rousseff, que foi reeleita, embora com estreita margem de votos em relação ao outro concorrente, Aécio Neves. A presidente começou o seu mandato em 2015 sem força política para formar maiorias e construir consensos no Congresso Nacional, inclusive para a agenda do setor elétrico.

Nesse cenário, no fim de janeiro de 2015 o então deputado Eduardo Cunha foi eleito presidente da Câmara Federal, com a agenda do orçamento impositivo, dando início, de fato, ao que Caio Junqueira chama de “Nova Ordem Política”.

Com o Executivo fragilizado, o Congresso começou a avançar sobre as atribuições que a Constituição Federal de 1988 e os constituintes desenharam para uma estruturação harmônica dos três poderes, cuja ideia

era dar instrumentos para o Executivo formar maiorias no Congresso Nacional e liderar o debate sobre as agendas públicas.

O modelo aprovado para a Constituição funcionou por um tempo, de 1988 a 2015. Nesse período, foram aprovados, por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Real e grandes agendas nacionais. Isso foi possível porque o Executivo tinha os instrumentos que a Constituição lhe conferira como, por exemplo, determinar quando pagar as emendas parlamentares e distribuir os espaços de poder na Esplanada dos Ministérios para formar maiorias, e essas maiorias formarem os consensos para liderar as agendas dos debates dentro do Congresso Nacional.

A grande reforma do setor elétrico, que ficou conhecida como novo modelo do setor elétrico, ocorreu entre 2003 e 2004, resultando nas leis 10.847/2004 e 10.848/2004, marco legal que ainda vigora. O novo modelo foi estabelecido sob os pilares da universalização da eletricidade, da modicidade tarifária e do planejamento energético de longo prazo.

A reforma foi feita após o racionamento de 2001 e envolveu um debate liderado pelo Executivo. Representantes setoriais foram convidados para analisar propostas e, com base nessas discussões, o projeto final foi formulado e

encaminhado ao Congresso Nacional. O projeto formulado foi para o Congresso.

Esse clima de debates e consensos foi se esgarçando até entrar em declínio em 2013 e chegar ao fim em 2015, com o início da transferência do poder de agenda do Executivo para o Legislativo. Os Presidentes que se sucederam foram cedendo espaço ao Congresso como contrapartida para a manutenção do cargo.

Chegamos a uma situação com Legislativo muito forte e o Executivo sem condição de liderar debates públicos.

Como exemplo desse enfraquecimento, na gestão Bolsonaro foram aprovadas 12 emendas constitucionais, ampliando a

impositividade e a liberalidade do Congresso com as emendas parlamentares.

Esse foi o processo político que chegou até os dias de hoje, com o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, que tem uma base com cerca de 130 deputados, dos 513 da Câmara Federal.

Nesse cenário, o presidente fez uma aliança política com o Supremo Tribunal Federal (STF). Quando não consegue vencer uma negociação política no Congresso, a Advocacia-Geral da União (AGU) entra com ações no Supremo Tribunal Federal (STF).

A NOVA ORDEM POLÍTICA E O SETOR ELÉTRICO

O setor elétrico está entre os mais afetados pela disfuncionalidade entre os poderes. Diferentemente de outros setores e agentes econômicos, o setor de energia depende muito de regulação do Estado. Mas com o sistema político desequilibrado, desarmônico e irracional, observa-se, para citar um único exemplo, que as três principais medidas provisórias para o setor – as MPs 1.300/2025, 1.304/2025 e 1.307/2025 –, somadas, já contam mais de mil emendas parlamentares.

Há que se considerar, ainda, a atuação de lobbies em favor de grupos econômicos que encontram nessa nova ordem política disfuncional o lugar ideal para defender seus interesses.

Por sua vez, as agências reguladoras, que a princípio deveriam ser eminentemente técnicas, também estão na mira de grupos políticos e econômicos. A disputa por cargos em diretorias reflete esse jogo de interesses.

A ERA PERDIDA - 2015-2025

2015: “Reforma” do sistema elétrico

- PL 1917/2015 na Câmara
- PL 232/2016 no Senado
- Substitutivo em 2018 incorpora consulta pública 33
- PL 414/2021 no Senado
- “Brasduto” enterra reforma

PDL 365
Susta decisões da Aneel

PL: 15097
Marco Legal das Eólicas

2021

2023

2025

2015

2022

2024

PL 1482
Desestatização da Eletrobras e o parágrafo “Saramago”

PEC 42
Transfere a Câmara controle das agências reguladoras

Indicações travadas na Aneel





DEBATE DO PAINEL 1

Em busca DE CONSENSOS

O PÚBLICO PERGUNTA

Durante a seção, Caio Junqueira respondeu às perguntas do público, mediadas por Eduardo Müller Monteiro, Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil

- **Pergunta – Como resgatar o poder do Executivo que, pela legislação, é o responsável pela formulação de políticas públicas, considerando esse ambiente em que o Congresso está tomando as rédeas do setor, e onde as agendas locais/regionais se sobrepõem à agenda nacional porque é lá que estão os votos que o parlamentar quer buscar?**

Resposta - Não acredito que o Executivo consiga retomar a antiga capacidade de liderança, ao menos no médio prazo, devido a variável sobre a qual ninguém tem controle: voto. Ninguém sabe quem será o novo presidente. Mas o setor elétrico tem capilaridade e pode falar diretamente com o consumidor. O setor consegue expor a desorganização e a irracionalidade do sistema, e trabalhar junto com os presidenciáveis para 2026 e apresentar uma agenda.

- **Pergunta – Estamos diante de um ambiente em que parlamentares têm status de ministro, temos ministérios sem liderança técnica e há, ainda, a simbiose entre lobistas e parlamentares. Por onde começamos?**

Resposta - Em primeiro lugar, acredito ser importante organizar uma agenda comum e clara de fácil compreensão, porque se houver dez agendas comuns e prioritárias, nenhuma será prioritária.

- **Pergunta – Como sensibilizar os grandes veículos de comunicação sobre o caráter sistêmico do setor elétrico? A sensação é de que a imprensa está focada apenas em denúncias e não há uma intenção em defender essa visão integrada do sistema.**

Resposta - Nós da imprensa não temos mais a pretensão de ser grandes formadores de opinião. Hoje nós concorremos com redes sociais, as redações não têm recursos, o nível de especialização dos repórteres diminuiu porque os jovens não têm planos de permanecer na redação. Os jornalistas mais velhos vão saindo das redações porque as assessorias e consultorias pagam melhor. Entendo que um caminho é trabalhar em explicar o setor de forma mais didática para que esses jornalistas júniores consigam entender o impacto de algo difícil de entender.

O debate do tema do Painel 1 contou com os seguintes convidados: **Gustavo Estrella** (CEO da CPFL Energia), **Marcio Fortes** (Ex-Deputado Federal), **Paulo Pedrosa** (Presidente da Abrace – Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres), **Silvio Cascione** (Diretor da Eurasia Group). Moderadores: **Claudio Sales** (Presidente do Instituto Acende Brasil) e **Eduardo Müller Monteiro** (Diretor Executivo do Instituto Acende Brasil)

- **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta: Qual é o incentivo que se deve dar para o parlamentar fazer boas políticas públicas nacionais quando o interesse dele está voltado para sua base local ou regional?**



Márcio Fortes – Brasília não é Brasil. Brasília é uma entidade fechada, que funciona sem os políticos. Eles ficam na capital do país às terças, quartas e quintas-feiras. Depois retornam às suas bases. Quem permanece na cidade a semana inteira são profissionais que redigem resoluções, pareceres etc. Mas a culpa dos males do Brasil não é exclusivamente de Brasília. Nós vivemos uma transição política que começou em 1982. Em 1988 foi promulgada a Constituição brasileira, mas ela começou a ser redigida em 1982, pelo Congresso, com a primeira eleição direta para governadores. Dessa forma, no espírito da Constituição, quem manda no país é o Congresso. De lá para cá, de acidente político em acidente político, foi sendo moldado o quadro que temos hoje, que eu defino como fim do período de transição. Uma transição longa, complicada e sofrida, mas nada em definitivo. O Brasil inteiro hoje está pensando nas eleições de 2026. E esse será o ponto marcante do fim do período de transição. Ou em 2030, quando com certeza a política de hoje não será mais prevalente, porque os agentes vão se modificando, envelhecendo, perdendo posições, falecendo. E os novos políticos estão sendo criados em uma nova realidade. Hoje, estamos numa disputa para ver quem se sai melhor nessa fase de transição. Os agentes de agora sabem que nada será permanente.

- **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta: Você sempre resgata a incompatibilidade entre premiações e punições, focando em agendas de políticas públicas de energia nacionais, seus incentivos e o voto dos eleitores das regiões, principalmente quando observamos a configuração de controle de recursos que dá para o incumbente quase que uma garantia de continuar na sua posição.**



Assim sendo, como podemos ver um cenário positivo para o setor elétrico, que precisa de políticas públicas nacionais, de gente pensando no todo?



Paulo Pedrosa – As distorções no setor elétrico chegaram a incomodar as grandes empresas. O cenário é difícil, mas o que temos de bom? Está havendo uma convergência entre os diversos grupos que atuam no setor. A meu ver, essa sinergia é em torno da energia limpa e barata, para produzir no Brasil produtos verdes e competitivos. Essa é a maior estratégia de desenvolvimento que o país tem e é o que mais nos diferencia no cenário global. Percebo uma convergência e uma união em torno dessa ideia. Isso se materializa, por exemplo, no enfrentamento da Geração Distribuída (GD), a grande doença do setor. Várias associações estão juntas, patrocinando um estudo que quantifica e aponta o problema da GD. O Ministério da Fazenda está disposto a esse enfrentamento, o Ministério de Minas e Energia (MME) concorda tecnicamente, mas tem medo da disputa política, e nós temos uma agenda que não havia antes. Depois, precisamos mudar a nossa maneira de trabalhar para conseguir aprovar a nossa agenda. Precisamos entender o parlamentar, o que ele quer. Precisamos ir às redes sociais para multiplicar o alcance desse parlamentar na base onde ele atua e premiar e punir também, quando necessário. As lideranças reais do PIB (Produto Interno Bruto) têm que entrar no debate nacional.

► **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta:** Na disciplina analítica que a Eurasia traz para quem quer ver grandes cenários, qual a sua visão sobre o que está acontecendo em Brasília e as implicações da desgovernança para o setor elétrico?



Silvio Cascione – Eu queria contribuir para essa discussão trazendo um pouco da análise que fizemos sobre outro problema gravíssimo que o Brasil enfrenta, que tem sido atacado de maneira bem-sucedida por esse mesmo sistema político disfuncional, que é a reforma tributária, um tema discutido há anos. Neste governo, tivemos a aprovação de uma emenda constitucional, em 2023, que traz uma visão de futuro – um novo sistema tributário que terá uma transição longa para implementação. Esse sistema não está totalmente estabelecido, porque precisa de legislação complementar, regulação, mas tudo isso tem sido feito, em sintonia muito grande entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e setor privado. Essa história tem algumas lições que se aplicam ao setor elétrico. Vou resumir três pontos mais marcantes da reforma tributária que se aplicam ao setor elétrico. Em

primeiro lugar, houve a mobilização do setor privado, em diálogo com o setor público, para definir qual seria o objetivo comum a todos os atores desse sistema, que tinham pautas distintas. Chegou-se ao consenso que unia a todos, em torno do projeto de simplificação do sistema tributário. O segundo ponto a destacar foi a virada de chave entre os estados, que abaixaram as armas da guerra fiscal, e, assim, o projeto que estava sendo construído ganhou o apoio concreto, com uma visão de futuro, de transição e adaptação, mesmo que no momento o resultado não seja bom para todos. Isso foi muito difícil de se fazer. Imagine então no setor elétrico, em que tantas associações e empresas que hoje competem, não só no mercado, mas por incentivos, subsídios e favores em Brasília. Todos esses atores precisariam chegar a um momento em que depusessem as armas em torno de um projeto. Isso não acontece da noite para o dia, mas para a aprovação da reforma tributária esse compromisso foi essencial. Quanto ao terceiro ponto, vale destacar que a reforma fiscal só foi aprovada neste governo porque tinha um alinhamento entre Poder Executivo e Poder Legislativo. No caso do setor elétrico, o cenário político a partir das eleições de 2026 está fora do alcance das partes interessadas, mas mesmo assim há etapas que podem ser percorridas. Por exemplo, trabalhar em conjunto para ao menos definir o objetivo mais básico do setor, quais os valores mais fundamentais e em que tipo de proposta concreta eles poderiam ser traduzidos e levados para defesa da opinião pública e para o engajamento de todos os candidatos à presidência da República em 2026. E torcer para que em 2027 seja possível acelerar esse processo e pensar numa reforma mais ampla do setor elétrico.

► **Claudio Sales - Pergunta:** Um setor de capital intensivo como o elétrico precisa de previsibilidade regulatória, solidez e transparência, que não estamos vendo tanto hoje. Isso se reflete de diversas maneiras, entre elas no acesso ao crédito. O dinheiro para o setor elétrico custa caro, por causa de fatores de risco envolvendo a análise para a concessão de crédito. Diante do cenário institucional já exposto, olhando pela ótica empresarial, o que você acha que poderia ser feito como uma convergência para uma direção mais virtuosa?



Gustavo Estrella – Estou indo para China em breve, onde vou aprovar um programa de investimentos de R\$ 30 bilhões para cinco anos. Essa é a aposta que estamos fazendo de que o setor vai seguir com regras claras, que favorecem os investimentos de forma balanceada: temos o investidor, o cliente, os interesses do governo. Se não houver equilíbrio entre as

partes – e quem está no setor há muito tempo sabe disso – esse negócio não se sustenta. Estou há 27 anos no setor. Quando observamos o nosso histórico, especialmente no período pós-acionamento ou pós-reforma geral do setor, o retrospecto é positivo. Quando olhamos para o setor elétrico, com altos e baixos, incertezas e mudanças, vemos que muita gente fez o que estamos fazendo agora: decidir apostar R\$ 30 bilhões de investimentos. Quando olhamos a expansão da geração e da transmissão, vemos que tem mais gente do setor apostando em um futuro no qual teremos estabilidade regulatória para que possamos seguir investindo. Hoje, um dos grandes temas que estão em pauta é o *curtailment*, e acredito que haja uma convergência de todos os agentes (Aneel, MME, ONS) sobre a necessidade de se encontrar uma solução para o *curtailment*. Cada *player* precisa assumir o seu papel de protagonismo, de maneira assertiva, transparente e equilibrada, para provocar essa discussão e buscar o caminho da solução. O nosso desafio é enxergar como podemos avançar nossa agenda no campo técnico sem deixar que a agenda política interfira.

► **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta:** Toda vez que falamos de interferência política é preciso tomar muito cuidado para não demonizar o agente político e o político “*stricto sensu*”. Precisamos lembrar que em Brasília há vários tipos de políticos. Não é uma classe uniforme, monotônica. Como nos voltarmos para os legisladores de verdade – os parlamentares que gostam de legislar – e trazê-los para o debate, diante da fragmentação existente?



Marcio Fortes – Em primeiro lugar, a Câmara dos Deputados e o Senado, com as suas inúmeras distorções, representam o Brasil. E o Brasil evoluiu muito nas últimas décadas, apesar de todos os desafios institucionais e distorções. O Brasil é muito melhor hoje do que há cinquenta anos. Vou dar um exemplo: quando eu era adolescente, não existia hospital público no Brasil. Havia hospitais de institutos de aposentadoria e pensão, carreiras funcionais, das forças armadas, dos servidores públicos e hospitais filantrópicos. Hospital público, como um Souza Aguiar, não existia. Em 1979, o número de filhos por mulher era 2,7. Hoje é 1,6. São avanços espetaculares para um país como o nosso, que tem suas mazelas políticas cada vez mais marcantes, porque estamos em uma transição que

vai acabar. Novos atores vão surgir, e eles vão surgir com novas realidades. Muitas dessas mazelas serão superadas porque os próprios parlamentares perceberão que, fazendo coisas boas para o país, não só para sua própria eleição, eles ganham mais votos. Nesse cenário de evolução, eu acredito que o setor elétrico, um recurso tão presente na vida das pessoas, tem todos os instrumentos na mão.

► **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta:** Olhando para a atual estrutura do Congresso, há alguma chance de nascerem bons projetos nessa fase de transição, ou vamos ficar estacionados em agendas locais para atender a interesses específicos de grupos pressão?



Silvio Cascione – Não se pode nunca jogar a toalha. É preciso manter em nível alto o esforço de engajamento, especialmente com o Congresso, porque enquanto o sistema político não evolui, ou não se chega ao equilíbrio de que gostaríamos, os problemas vão surgindo, as necessidades vão aparecendo com urgência e o governo e o Congresso são chamados a agir.

► **Eduardo Müller Monteiro - Pergunta:** Neste momento estamos diante do desafio da renovação de concessões de distribuição. Como é que essa discussão, altamente técnica, de altíssimo impacto – já que estamos falando de décadas de fluxo de caixa, empregos, renda, geração de impostos – deveria ser apresentada em um ambiente de governança institucional super desafiador?



Gustavo Estrella – Esse é um bom exemplo de discussão técnica, de base para o setor. Mesmo em um cenário desafiador como o que vivemos, estamos no final desse processo, na etapa de assinatura dos contratos, que trará previsibilidade para investimentos. Esse é um bom exemplo de que, mesmo em cenários mais adversos, temos condições de endereçar temas mais complexos e buscar o entendimento, o acordo, os caminhos para o setor. O trabalho feito a várias mãos é fundamental. É preciso sempre haver muito debate. Vale ressaltar que a Aneel, com todos os desafios que se apresentam, continua sendo reconhecida como uma das agências mais robustas e técnicas do Brasil, o que ajuda muito a construir o setor que temos hoje.





APRESENTAÇÃO DO PAINEL 2

Descentralização da oferta de energia: **COORDENAÇÃO E CONCORRÊNCIA**

A proposta para reflexão apresentada no 2º painel do Brazil Energy Frontiers 2025 parte de uma indagação: como garantir a coordenação da oferta de energia e a concorrência em condições de igualdade entre os agentes em um ambiente cada vez mais descentralizado?

O tema proposto compara o sistema elétrico a um complexo organismo composto de múltiplos órgãos, cada qual especializado em uma função, operando de forma integrada, coordenada e interdependente, sempre em benefício do todo. A apresentação foi feita por Richard

Lee Hochstetler, Diretor de Assuntos Econômicos e Regulatórios do Instituto Acende Brasil.

O diagnóstico sobre o que aflige o setor elétrico revela sintomas como os ilustrados na figura abaixo:

INTERVENCIÓNISMO
GOVERNAMENTAL E
JUDICIALIZAÇÃO

CRITÉRIOS DE
GARANTIA DE SUPRIMENTO
NÃO ATENDIDOS

INVASÃO DA
RESERVA OPERATIVA

ENCARGOS CRESCENTES

DESLOCAMENTO HIDRELÉTRICO
E CORTES DE GERAÇÃO
(CURTAILMENT)

GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

Precisamos de aprimoramento do mercado para funcionar bem nesse contexto atual. Dada a perspectiva da **governança institucional apresentada no Painel 1**, com intervencionismo acentuado nas questões do setor elétrico, registramos uma crescente **judicialização** do setor que desestabiliza o mercado e eleva a incerteza para decisões de investimentos.

GARANTIA DE SUPRIMENTO

A respeito da **garantia de suprimento**, vale ressaltar que o CNPE tem quatro critérios. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) examina a cada ano, com um horizonte de cinco anos, por meio do Plano de Operação

Entre janeiro e maio deste ano, 41% das transações no Mercado de Curto Prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) não foram liquidadas devido a liminares barrando o rateio do risco hidrológico (GSF). A soma é de R\$ 5,56 bilhões acumulados neste ano que não foram liquidados devido a 30 liminares impetradas contra a União, a Aneel ou a CCEE.

Energética (PEN), os critérios de atendimento, ou seja, as avaliações das condições de atendimento ao mercado, como apresentado na figura abaixo:

CRITÉRIOS DE GARANTIA DE SUPRIMENTO NÃO ATENDIDOS

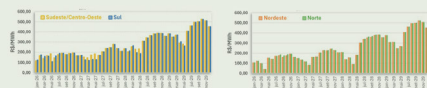
OS QUATRO CRITÉRIOS DE GARANTIA DE SUPRIMENTO DO CNPE (RESOLUÇÃO CNPE 29/2019 E PORTARIA MME 59/2020)

Critério 1: $CVaR_{1\%}(ENS) \leq 5\%$

	2026	2027	2028	2029
SE/CO	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SUL	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NORDESTE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
NORTE	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
SIN	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

O valor esperado de energia não suprida (ENS) não deve superar 5% da energia demandada no ano, considerando os 1% piores cenários hidrológicos

Critério 2: $CVaR_{10\%}(CMO) \leq R\$ 800/MWh$



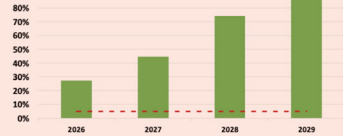
O valor esperado do custo marginal de operação (CMO) não deve superar R\$800/MWh no mês, considerando os 10% piores cenários hidrológicos

Critério 3: $CVaR_{5\%}(PNS) \leq 5\%$



O valor esperado de potência não suprida (PNS) não deve superar 5% da carga no mês, considerando os 5% piores cenários hidrológicos

Critério 4: $LOLP \leq 5\%$



O risco de ocorrência de perda de carga (Loss of Load Probability - LOLP) no ano não deve superar a 5%

- No Plano da Operação Energética 2025 (PEN 2025) o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresenta as avaliações das **condições de atendimento ao mercado** previsto de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN) para os próximos cinco anos
- Constata-se que os critérios de **garantia do suprimento estão sendo violados**
 - Os **requisitos de energia** estão bem atendidos
 - Os **requisitos de potência** não estão sendo atendidos
- Mas o que realmente preocupa o ONS é a **escassez de flexibilidade operativa**:

“[...] precisamos cada vez **mais de flexibilidade** no sistema, com **fontes de energia controláveis**, que nos **atendam de forma rápida** para termos o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia, especialmente nos horários em que temos as chamadas rampas de carga.”

-Marcio Rea (Diretor-Geral)

PROBLEMA

O último desses relatórios, lançado recentemente, indica que nos critérios energéticos o setor está muito bem: o balanço é positivo. O valor esperado de energia não suprida fica abaixo de 5% em todos os anos do horizonte analisado pelo PEN, mesmo nos cinco piores cenários hidrológicos.

O segundo critério de garantia de suprimento utilizado pelo CNPE é de custo: o custo marginal de operação médio no mês, também em 10% dos piores cenários, não supera R\$ 800 por MW/hora. Portanto, os dois primeiros critérios estão dentro dos limites e não apresentam problema.

DIAGNÓSTICO

No entanto, quando o critério observado é o de potência, os problemas são sérios. É possível identificar violações dos dois critérios para o segundo semestre de 2026. O primeiro é o valor esperado de potência não suprida ficar abaixo de 5% nos piores cinco cenários. E o segundo é o risco de perda de potência anual também ficar abaixo de 5%. Nota-se que ambos os critérios serão violados em 2026.

A esse respeito, vale fazer uma ressalva: esse é o cálculo que o ONS fez desconsiderando as térmicas que estão em fim de contrato. Pode ser que essas termelétricas

RESOLUÇÃO

continuem sem contrato ou que sejam recontratadas em um leilão de reserva de capacidade, o que faria uma diferença. Mas sem essas usinas térmicas esse cenário é preocupante.

No relatório foi ressaltado também que há uma terceira dimensão preocupante, que é a flexibilidade operativa,

questo que foi um dos destaques feitos pelo operador do sistema: para atender a essas rampas cada vez mais íngremes da carga líquida, precisamos cada vez mais de flexibilidade operativa.

INVASÃO DE RESERVA OPERATIVA

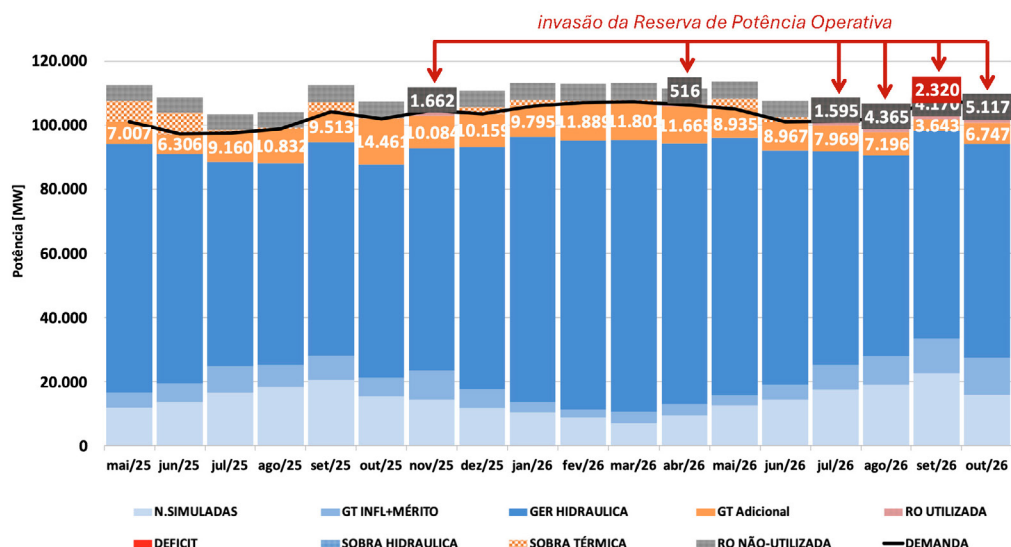
Seguimos com a análise do diagnóstico inicial focando, agora, a **invasão da reserva de potência operativa**, ou seja, as reservas utilizadas para manter a regularização da frequência nos 60 Hz. Essa reserva é o nosso “pneu

estepe”, e deveria ser utilizada apenas quando há contingências (usinas e/ou linhas de transmissão que falharam). Ela não deveria ser utilizada para atender à carga esperada ou prevista previamente.

INVASÃO DA RESERVA DE POTÊNCIA OPERATIVA

‘DANDO SORTE AO AZAR’

- **RECORRENDO AO ‘PNEU ESTEPE’:** A RPO é uma reserva de contingência para atender a variações inesperadas na demanda de carga, falhas súbitas de geradores ou linhas de transmissão, e erros de previsão.
- Segundo o *PEN 2025*, mesmo em cenário de normalidade para as condições hidrológicas (“Cenário 1”) há previsão de **invasão frequente da Reserva de Potência Operativa (RPO)** no segundo semestre de 2026
- A RPO não deveria ser empregada para atendimento da carga prevista



Fonte: ONS – PEN 2025.

PROBLEMA

Mas quando o ONS olha para os próximos meses, já no segundo semestre deste ano (2025), em novembro, e no ano que vem, há a necessidade de se utilizar parte das reservas operativas para atender à carga na hora de ponta,

mesmo em um cenário de hidrologia normal. Ou seja, o uso do que definimos como “pneu estepe” está se tornando recorrente e perseverante.

CURTAILMENT

Outro sintoma que preocupa o setor elétrico é o **curtailment**. A média do *curtailment* em todos os parques de geração eólica e solar centralizada do país está na ordem

de 15% nos últimos 12 meses. Esse problema é mais drástico quando observamos alguns empreendimentos individuais.

Nesse cenário, os mais afetados são os parques solares e eólicos. Cortes de mais de 50% da produção potencial no mês têm sido frequentes, o que é drástico e ameaça rapidamente a viabilidade econômica e financeira dos

projetos. Vale ressaltar que parte significativa dos parques geradores de energia que têm sido impedidos de produzir são recém-inaugurados, com dívidas e compromissos a serem quitados.

TARIFAS E ENCARGOS CRESCENTES

O quinto ponto de preocupação é a questão dos **encargos**. De acordo com dados oficiais da Aneel, que publica um relatório trimestral de evolução da tarifa, a tarifa residencial nos últimos 15 anos, de 2010 até 2024, subiu 125%, o que está em linha com o IPCA do mesmo período. A evolução do custo da geração foi próxima disso também: 128%. A transmissão foi um pouco maior (162%), mas ainda abaixo da inflação medida pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado) de 168%.

O que ajudou a segurar a tarifa foi a distribuição, que teve um reajuste de 95% no período, o que representa uma redução em termos reais (reajuste abaixo da inflação de 125%). O que está puxando para cima a média do reajuste são os encargos, que nesse período subiram 257%, o que equivale a mais que o dobro da inflação.

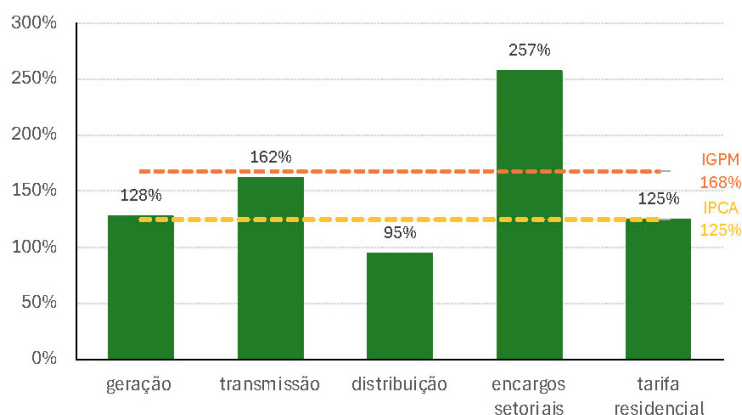
ENCARGOS CRESCENTES

CRESCIMENTO SEM FIM

Os **'encargos setoriais'** são o componente da tarifa de energia elétrica que mais subiu nos últimos 15 anos

- Os **encargos subiram 257%**, mais que o dobro da inflação medida pelo IPCA
- A **tarifa residencial manteve-se constante** em termos reais (elevação em linha com IPCA)
- Resultado obtido graças à **redução da parcela de custos de distribuição** que tiveram um reajuste inferior à inflação geral

LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA DO MERCADO DE CURTO PRAZO



Fonte: Aneel – Info Tarifa 2025

ANÁLISE

INTERVENCIÓNISMO GOVERNAMENTAL

Poder centralizado, sujeito a *lobbies*, que acaba beneficiando grupos às custas do interesse público

DISTORÇÕES, SUBSÍDIOS CRUZADOS

Subsídios cruzados e reservas de mercado proliferam, distorcendo e comprometendo a eficiência

GESTÃO DE RISCO DEFICIENTE

Gestão prejudicada por uma regulamentação rígida e restritiva, e por uma estrutura de incentivos deturpada

SOCIALIZAÇÃO DE CUSTOS VIA ENCARGOS

Erros do planejamento centralizado não podem ser atribuídos aos agentes, de forma que seus custos acabam sendo socializados entre todos os consumidores

Na raiz de boa parte dos problemas mais recentes do setor elétrico identificamos distorções provocadas pelo poder centralizado, concentrado e sujeito a *lobbies* que beneficiam grupos específicos, às custas do interesse público. Isso tudo se combina e se manifesta na forma de reservas de mercado e benefícios cruzados que distorcem decisões e levam à ineficiência.

Além disso, o Brasil tem uma legislação rígida e restritiva que também prejudica a gestão do risco e as adaptações para a situação. Na medida em que esses riscos não são alocados aos agentes, os custos acabam sendo socializados entre todos os consumidores.

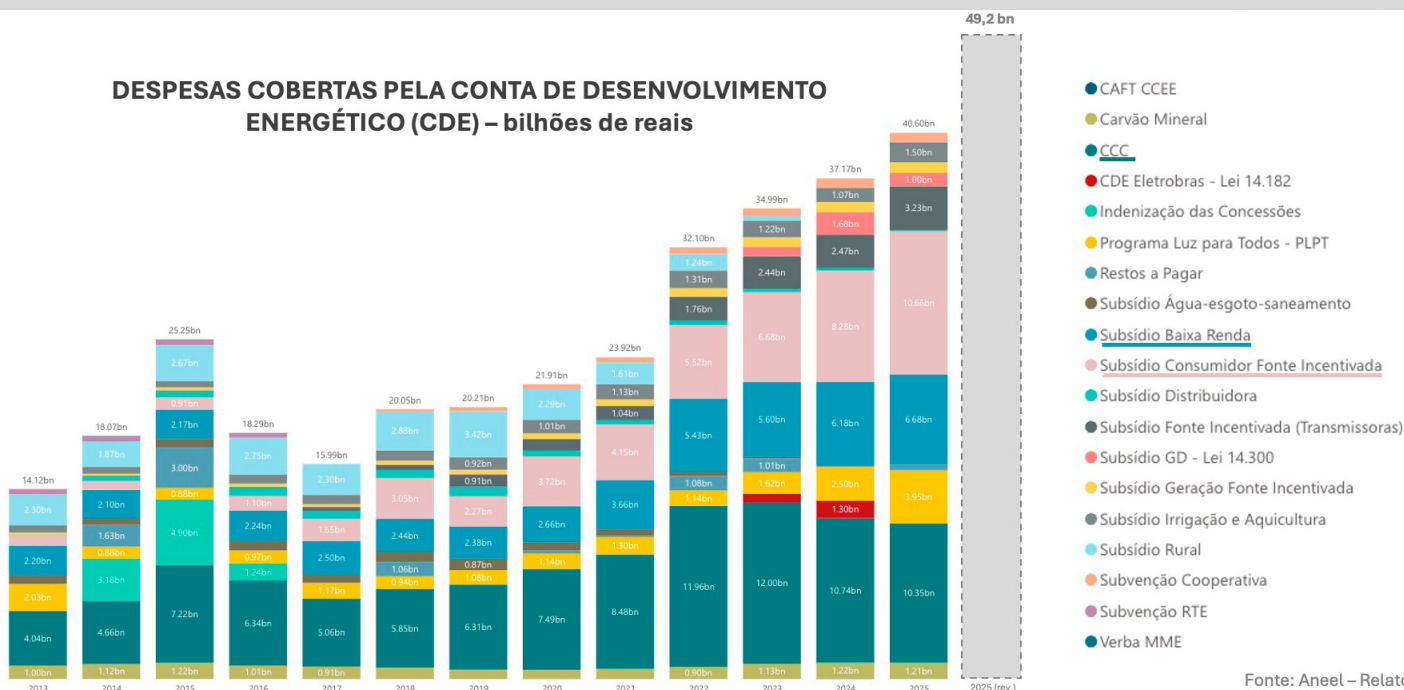
ENCARGOS E SUBSÍDIOS

O principal encargo do setor elétrico que incide sobre as tarifas de energia é a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Em 2025, o orçamento da CDE aprovado pela Aneel chegou a quase R\$ 50 bilhões (R\$ 49,2 bilhões), um aumento de 34,2% em relação a 2024. Os itens com mais peso no aumento da CDE em relação a 2024 foram as fontes incentivadas; a micro e minigeração distribuída; a tarifa social; a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC – principalmente para termelétricas e sistemas isolados); e o programa Luz para Todos. No entanto, os itens que compõe a CDE são muitos e de diferentes naturezas.

ENCARGOS IMPULSIONADOS PELOS SUBSÍDIOS CONTIDOS NA CDE

DESPESAS COBERTAS PELA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (CDE) – bilhões de reais



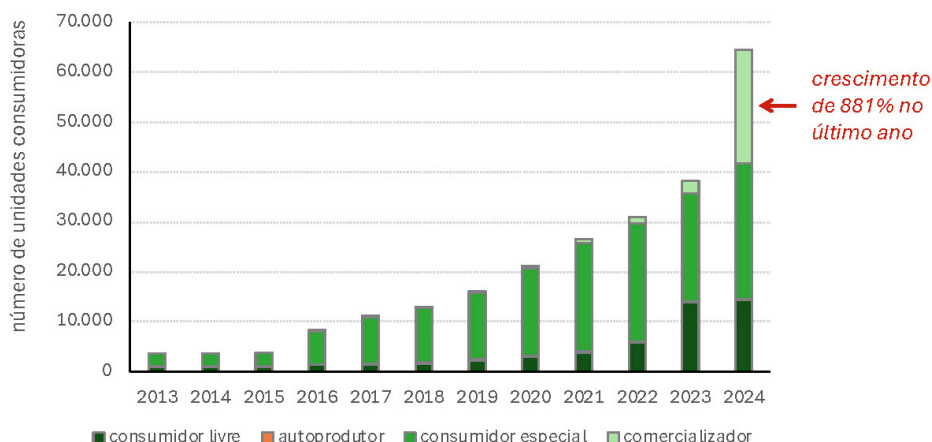
Fonte: Aneel – Relatório da CDE.

Outro movimento observado no setor é a migração do consumidor do Ambiente de Contratação Regulada (ACL) para o Ambiente de Contratação Livre (ACL), seja como consumidor livre, seja como autoprodutor. sendo que o mais recente movimento é por meio de comercializadoras varejistas. Parte desse movimento é para fugir de encargos, e parte para fugir da contratação compulsória de energia no mercado regulado.

AMPLIAÇÃO DO MERCADO LIVRE E DA AUTOPRODUÇÃO

TODOS QUEREM SER LIVRES...

- ... de encargos
- ... de contratações compulsórias
- ... de decisões tomadas por terceiros
- **O número de unidades consumidoras atendidas no mercado livre aumentou 1600% na última década**

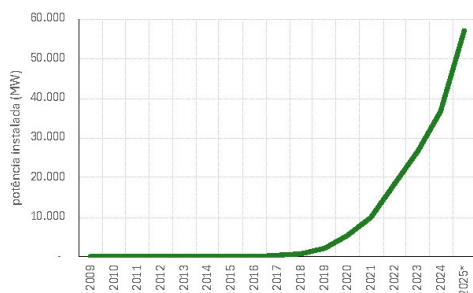


Fonte: CCEE – Balanço 2024 – consumo e geração.

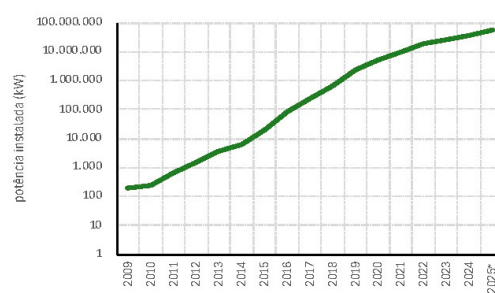
Na baixa tensão, os consumidores residenciais também estão recorrendo, na medida do possível, a uma opção regulatória disponível, que é o sistema de compensação de energia comprando micro e minigeração distribuída, com um crescimento exponencial.

AUTOCONSUMO NO SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (SCEE)

MINI E MICRO GERAÇÃO DISTRIBUÍDA (MMGD)



*Obs.: extrapolação do crescimento até o final do ano



Fonte: Aneel – Geração Distribuída.

- Em 2025, a capacidade instalada de MMGD deve superar **mais de 50 GW**
- Observa-se uma redução da taxa de crescimento, possivelmente em função da redução dos **subsídios cruzados embutidos no SCEE**: compensação da energia, do transporte (transmissão e distribuição) e dos encargos
- A **MMGD cresce exponencialmente**, sendo a **fonte de geração que mais cresce**
- A **principal fonte da MMGD é fotovoltaica** – a geração solar responde por mais de 99% das instalações de MMGD (fonte intermitente e não controlável pelo ONS)

DIAGNÓSTICO

O quinto ponto de preocupação é a questão dos encargos. De acordo com dados oficiais da Aneel, que publica um relatório trimestral de evolução da tarifa, a tarifa residencial nos últimos 15 anos, de 2010 até 2024, subiu 125%, o que está em linha com o IPCA do mesmo período. A evolução do custo da geração foi próxima disso também: 128%. A transmissão foi um pouco maior (167%), mas ainda abaixo da inflação medida pelo IGPM (Índice Geral de Preços - Mercado) de 168%.

O que ajudou a segurar a tarifa foi a distribuição, que teve um reajuste de 95% no período, o que representa uma redução em termos reais (reajuste abaixo da inflação de 125%). O que está puxando para cima a média do reajuste são os encargos, que nesse período subiram 257%, o que equivale a mais que o dobro da inflação.

PROBLEMAS COM A CONTRATAÇÃO DE LONGO PRAZO (1 DE 2)

SINTOMAS

- Intervencionismo governamental e judicialização
- Critérios de garantia de suprimento não atendidos
- Invasão da reserva operativa
- Encargos Crescentes
- Deslocamento hidrelétrico e cortes de geração (curtailment)



DIAGNÓSTICO

“Os problemas associados ao uso de mecanismos de contratação de capacidade para estimular o investimento surgem principalmente de nossas limitações em prever o desempenho efetivo dos ativos contratados. Se soubéssemos como garantir a entrega efetiva de geração com anos de antecedência em leilões de capacidade, não precisaríamos organizar mercados para gerenciar as condições complexas que surgem na operação em tempo real.”

-Dr. Hogan*

*Obs.: Citações do artigo “Electricity Market Design and Zero-Marginal Cost Generation” publicado no Current Sustainable/Renewable Energy Reports (2022) 9:15–28



ANÁLISE

- A Geração Nova contratada **não atende aos requisitos do sistema**
- **Definição dos produtos equivocada:** os produtos contratados nos Leilões de Energia não atendem às necessidades do sistema



[...]

O QUE FAZER?

- No Brasil, a abordagem para lidar com a inadequação da oferta tem sido a **definição mais específica dos requisitos**
- Seria este o caminho mais promissor para mitigar os nossos problemas?

‘MIND THE GAP’

- Ocorrem muitas **mudanças** entre o momento do **planejamento** da expansão e a programação da **operação**
- O sucesso da operação elétrica depende muito da capacidade de **adaptação e gestão** do sistema às condições vigentes
- É preciso prover uma **estrutura de incentivos** para que os agentes procurem se adequar às novas condições ao longo do tempo



“...quando as consequências de mercado das decisões de investimento ocorrem de forma muito defasada e os custos são socializados, o sistema torna-se uma máquina de produção de ativos encahalados (stranded assets) [cujos custos são recuperados por meio de encargos].”

- Dr. Hogan

É PRECISO FOMENTAR O APRENDIZADO E A ADAPTAÇÃO

- Tipicamente pensamos o planejamento e a operação como **um jogo de duas etapas**, mas na realidade **há muitas etapas intermediárias** em que decisões podem ser ajustadas



“O futuro é incerto. Os efeitos marginais futuros [da tomada de decisões] variam substancialmente nos diferentes cenários possíveis. O tratamento da incerteza é especialmente desafiador em horizontes longos porque a sua resolução sequencial proporciona a oportunidade para tomar decisões, aprender [com os resultados] e ajustar as decisões futuras.”

- Dr. Hogan

A IMPORTÂNCIA DO MERCADO DE CURTO PRAZO

‘O QUE IMPORTA É O AQUI E O AGORA’

- Para promover uma operação eficiente é necessário **prover uma sinalização de preços** que alinhe as decisões dos agentes de mercado com os objetivos de operação: minimização dos custos levando em conta as restrições operativas
- Isto se consegue com o **aprimoramento do mercado de curto prazo**



“ [...] em mercados concorrenciais, operando sob princípios de livre acesso e não discriminatórios, a concepção de mercados precisa começar pelo mercado em tempo real e ser trabalhado de trás para frente.

[...]

Em um mercado em que os participantes têm liberdade de decisão, os preços mais importantes são os do mercado de tempo real, pois são eles que orientam as decisões operacionais e refletem o estado real do sistema, sendo, portanto, essenciais para a eficiência.”

- Dr. Hogan

CAMINHOS A SEGUIR

Uma vez dado o diagnóstico, a questão é “o que fazer e como melhorar”? Temos três grandes recomendações: (1) melhorar a precificação do suprimento de energia de forma a refletir as condições vigentes, levando em conta todas as restrições; (2) melhorar a alocação dos riscos e proporcionar mais autonomia aos agentes para gerir esses riscos; (3) aprimorar a contratação de longo prazo para melhor atender aos requisitos do sistema.

KEYNOTE SPEAKER DO PAINEL 2

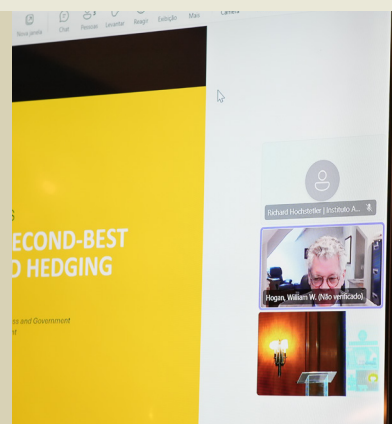
**WILLIAM HOGAN**

Professor emérito da Universidade Harvard

O Professor Hogan é especialista em política e economia de energia, com destaque para seu trabalho na concepção e melhoria de mercados de eletricidade competitivos nos EUA e outros países.

Foi Diretor de Pesquisa do Harvard Electricity Policy Group e ocupou cargos de liderança na Harvard Kennedy School, além de ter fundado o Energy Modeling Forum na Universidade Stanford.

É ex-presidente da International Association for Energy Economics, graduado pela Academia da Força Aérea dos EUA e doutor pela UCLA. Sua atuação inclui o desenvolvimento de estruturas e regras de mercado para energia, serviços ancilares de energia e transmissão de energia.



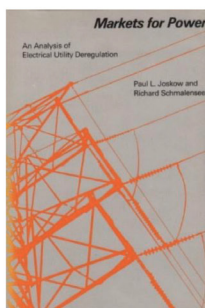
Descentralização: COORDENAÇÃO E CONCORRÊNCIA

Quando se migra de monopólios integrados para mercados competitivos surgem vários desafios, sendo que um objetivo chave para o desenho adequado de mercados de energia é garantir que o conjunto de regras para

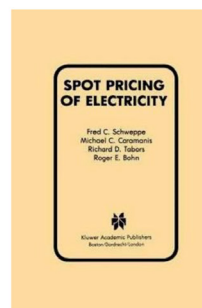
determinar preços e liquidação de pagamentos promova comportamentos individuais ótimos coerentes com uma solução global também ótima.

ELECTRICITY RESTRUCTURING

The evolution of electricity restructuring contains a thread of issues related to counterintuitive market design requirements requiring coordination for competition. MIT led the way.

**Markets for Power, 1983.**

Joskow and Schmalensee. Addressed the possibility and problems of introducing competition and markets in the power sector. (Joskow and Schmalensee, 1983)

**Spot Pricing of Electricity**

Kluwer. Using prices to direct the dispatch. (Schweppe et al., 1988)

“

"The practice of ignoring the critical functions played by the transmission system in many discussions of deregulation almost certainly leads to incorrect conclusions about the optimal structure of an electric power system." (p.63)

”

ENERGY REFORM CHALLENGES

A core challenge for all electricity systems is between monopoly provision and market operations. Electricity market design depends on critical choices. There is no escape from the fundamentals.

INTEGRATED MONOPOLY

- Mandated
- Closed Access
- Discrimination
- Central Planning
- Few Choices
- Spending Other People's Money
- Average Cost Pricing

COMPETITIVE MARKETS

- Voluntary
- Open Access
- Non-discrimination
- Independent Investment
- Many Choices
- Spending Your Own Money
- Marginal Cost Pricing

A Key Market Design Objective

Supporting the Solution: Given the prices and settlement payments, individual optimal behavior is consistent with the aggregate optimal solution.

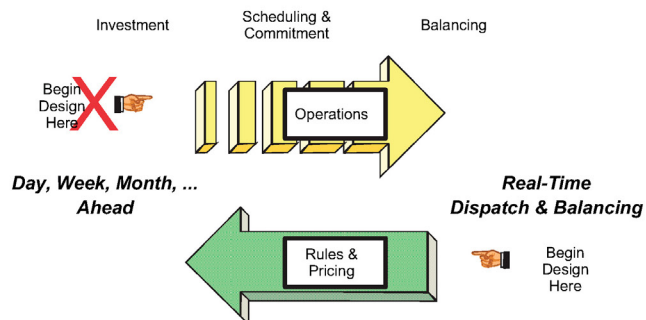
Portanto, se há um conjunto de preços e liquidação de pagamentos que estão nesse padrão de otimização de comportamentos, as coisas funcionarão bem. Caso contrá-

rio, você acabará se colocando em uma situação de problemas constantes falta de incentivos adequados.

FOCUS ON BALANCING MARKETS FIRST

The solution to open access and non-discrimination inherently involves market design. Good design begins with the real-time market and works backward. A common failure mode starts with the forward market, without specifying the rules and prices that would apply in real time.

False Starts for the Electricity Market



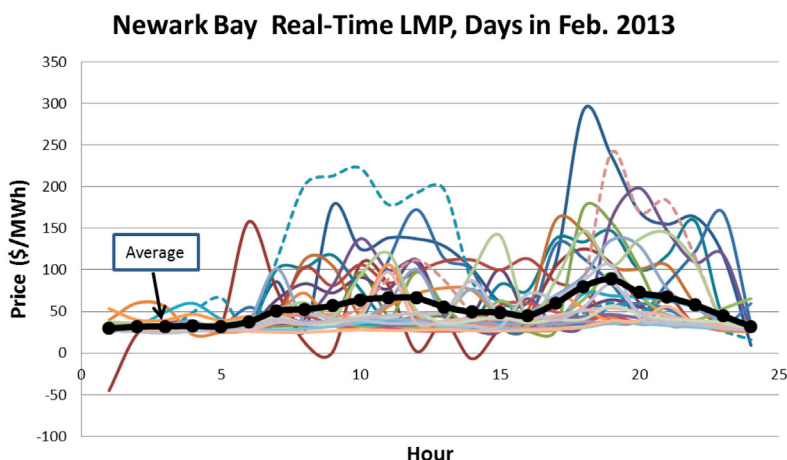
Market expectations determine incentives. Start at the end. Work backward, not forward, in setting market design.

Dr. Hogan defendeu a necessidade de definir arquiteturas de mercado baseadas em mercados em tempo real, enfatizando que um erro comum é definir mercados sem especificar regras e preços que funcionam em tempo real.

Após apresentar alguns exemplos de mercados ao redor do mundo, alguns desafios atrelados à precificação foram explorados, enfatizando que a recente inserção de renováveis acentuou ainda mais tais desafios.

PRICING CHALLENGES

The hourly average prices capture very little of the total real-time price variation.



(Source: www.pjm.com) (W. Hogan, "Time-of-Use Rates and Real-Time Prices," August 23, 2014, www.whogan.com)

Como ilustra a figura abaixo, a chamada Agenda Verde – que inseriu grandes quantidades de energia de fontes intermitentes com custo marginal zero – introduziu várias questões relevantes para o desenvolvimento de arquiteturas de

mercado exitosas, entre as quais: capacidade com a qual se pode contar destas fontes intermitentes, equilíbrio permanente entre produção e consumo, e redução de emissões de carbono.

GREEN AGENDA

The arrival of large volumes of intermittent, zero-variable-cost renewables raises questions about possible effects and needs for expansion or modification of successful market design.

Zero Marginal Cost

How can markets support efficient use or investment when there are resources with zero marginal costs?

Intermittent Resources

How must operating principles change to deal with the expansion of intermittent resources?

Capacity Contributions

What changes are needed to identify and support the capacity contributions of intermittent resources?

Matching Production and Consumption

What do we need to change in support of 24/7 matching of individual loads and renewables?

Reducing Carbon Emissions

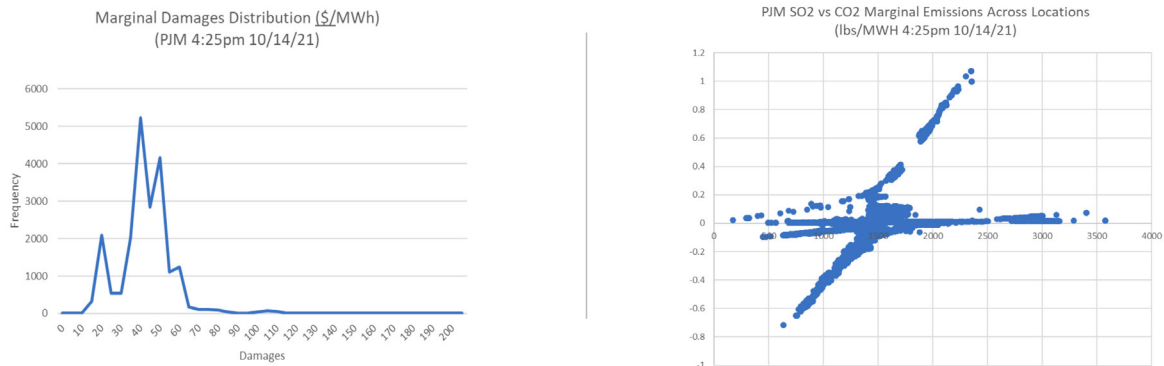
How do renewables affect carbon emissions?

Em relação a impactos ambientais e preços implícitos de carbono, tipicamente se assume que entidades subsidiadas são bons substitutos para as atividades emissoras. No entanto, restrições de transmissão e condições locais do sistema elétrico geram diferenças a depender da localização das emissoras e do momento das emissões. Assim,

uma vantagem da precificação de emissão de carbono – em contraste com subsídios – é que a precificação consegue acomodar automaticamente tais variações (local e tempo) e proporcionar melhores incentivos para a operação e para a tomada de decisão de investimentos.

ENVIRONMENTAL IMPACTS

A typical assumption for implied carbon prices is that the subsidized entities are perfect or close substitutes for the carbon emitting activities. However, transmission constraints and local conditions in the electricity system induce material differences across locations.

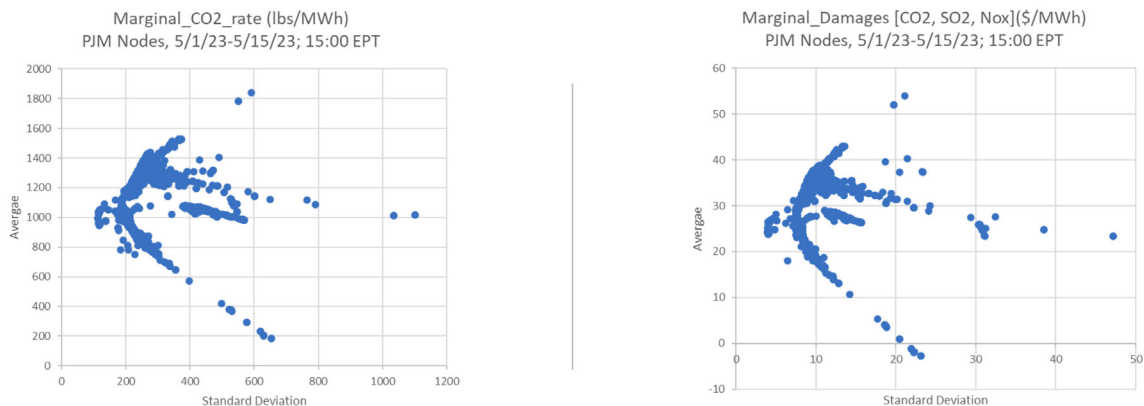


There can be a wide difference of impact on marginal emissions for different pollutants across the PJM footprint. (https://dataminer2.pjm.com/feed/fivemin_marginal_emissions) (PJM-Interconnection, 2021)

15

SUBSIDIES AND PRICES

The variations across space in the PJM balancing accompany significant variation across time. (across time at the same locations)



(https://dataminer2.pjm.com/feed/fivemin_marginal_emissions)

An important advantage of carbon emissions pricing, as opposed to subsidies, is the automatic ability to accommodate these wide variations and provide better incentives for operations and investments.

16

Após discorrer sobre requisitos de ‘hedging’ e outros arranjos de mercado e serviços atrelados, o Professor Hogan recomendou uma lista de referências bibliográficas e respondeu a perguntas do público que podem ser assistidas

no vídeo que capturou em tempo integral a interação com a plateia: acendebrasil.com.br/video

DEBATE DO PAINEL 2

Em busca DE SOLUÇÕES

No debater do Painel 2, o moderador **Claudio Sales** (Presidente do Instituto Acende Brasil) contou com o apoio de **Richard Hochstetler** (Diretor Regulatório do Instituto Acende Brasil) para ouvir as opiniões de: **Camilla Fernandes** (Diretora da Abrage - Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica); **Erik Rêgo** (Professor de Mercados de Energia da Escola Politécnica da USP); **Priscila Lino** (Diretora de Assuntos Regulatórios e Mercado da Auren Energia); e **Rodrigo Sacchi** (Gerente Executivo da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

► **Claudio Sales - Pergunta:** Do que se depreende da palestra do professor William Hogan, ele enfatiza muito a questão do mercado de curto prazo. Isso contrasta com o que tem sido a nossa prática. Vocês acreditam que a solução está no caminho do Hogan ou em adaptações do que nós temos hoje?



Camilla Fernandes – Hoje, a hidroeletricidade responde por mais da metade da capacidade instalada e da geração efetiva de energia no Brasil.

Além disso, representa reserva de potência operativa, reserva de água para consumo humano, turismo, lazer e irrigação. As empresas geradoras associadas à Abrage demandam, hoje, que a representação da associação vá além da hidroeletricidade. Isso porque essas empresas têm negócios em outras fontes de geração de energia e, também, na transmissão, distribuição e comercialização, o que nos dá um lugar especial de fala pela sustentabilidade do setor elétrico – sustentabilidade operacional (energia contínua a todo tempo), social (energia barata que todos possam ter e pagar), ambiental e, também, sustentabilidade econômico-financeira. Nesse contexto, chegamos ao modelo de desenho de mercado e aos preços. Vale lembrar que estamos na primeira infância do preço horário, que entrou em vigor no Brasil em janeiro de 2021.



Erik Rêgo – O preço na Economia, quando bem utilizado, dará sinais tanto de escassez quanto de sobreoferta. O preço diz para o consumidor qual a hora de tomar a decisão do consumo e também diz para o investidor se o momento é bom ou ruim para investir. O preço é uma ferramenta muito poderosa na Economia, mas no Brasil ele não cumpre todo o seu papel. A precificação no Brasil não consegue dar esse sinal de forma completa nem para o investidor, nem para o consumidor. Dessa maneira, qualquer reforma setorial para repensar o modelo precisa mexer no preço. Vale ressaltar que no Brasil metade dos nossos consumidores está no mercado regulado. Eles pagam uma tarifa fixa, não dinâmica. Qual a resposta que esse consumidor pode dar em relação ao preço? Nenhuma. Esses consumidores não enxergam o preço como um sinal de mercado. Eles pagam uma tarifa.

Para a outra parte do mercado, a que responde a preço, há uma inovação recente que é o preço horário. Porém, a formação de preço acaba não incluindo todas as restrições operativas. De qualquer forma, há um descontentamento de todas as partes interessadas: quem gera enxerga que não está sendo remunerado adequadamente, e o consumidor não entende que está pagando o valor certo. A isso, acrescenta-se a questão dos subsídios.



Priscila Lino – Sou um pouco cética quanto a usar o preço do mercado de curto prazo como sinalizador único para atrair expansão para o país.

O Brasil tem tamanho intercontinental e uma carga que, quando cresce, cresce a um volume significativo. Temos renováveis no Nordeste do país, com consumo no Sudeste, o que requer uma expansão de transmissão que não se faz da noite para o dia. Assim, o sinal de preço de curto prazo é muito importante porque ele dá a sinalização para a curva de preço. Quanto melhor for o preço no curto prazo, melhor será a eficiência, melhor será o sinal de preço, começa a haver resposta da demanda e começam a ser viabilizados outros serviços para você acomodar consumo e geração. Mas eu sou cética quanto a achar que o preço perfeito do curto prazo será suficiente para promover toda a expansão em um país como o nosso, que tem a dimensão que tem, o volume de geração necessário para atender ao consumo crescente, sem esquecer da expansão de transmissão, que precisa estar associada a esse volume. Se voltarmos para 20 anos atrás, nosso marco regulatório já tinha previsão de preço horário, mas quanto tempo levou para este preço sair do mensal para o semanal e depois para o horário? Quanto tempo levou para termos o sinal locacional da tarifa de transmissão, que também já era algo previsto? A meu ver, todo esse atraso na implementação de melhorias no sinal de preço acabou trazendo muitos embates porque hoje estamos em um mercado muito mais pulverizado, com muitos entrantes, muitos agentes. Se tudo tivesse sido feito no momento correto, a sinalização do preço teria acomodado todos os entrantes e não teríamos tantas disputas – inclusive as interferências políticas que acontecem em função disso.



Rodrigo Sacchi – Concordo com a posição do professor Hogan no sentido de que devemos priorizar uma formação de preço adequada.

E concordo que precisamos ter um mercado *spot*, um mercado de fato de curto prazo. Não temos no Brasil um mercado *spot*. O que nós temos, na minha concepção, é uma contabilização de diferenças entre contrato e geração, contrato e consumo, valorada a um preço calculado de forma centralizada, baseado em custos, e auditado. É isso o que nós temos. Isso está longe de ser um mercado. A reflexão feita pelo professor Hogan é que tudo começa com o mercado de curto prazo, coisa que não temos no Brasil. O que nós temos, sim, é um mercado de contratos – pujante, que funciona, que tem bastante liquidez e rotatividade. É um mercado que gira quatro, cinco, seis vezes, do gerador até o consumidor final, o que demonstra a sua pujança. Nós devemos valorizar o passo que demos ao longo dos últimos 25 anos após a reestruturação do setor elétrico. Percebemos que o mercado de contratos funciona, e o mercado de longo prazo foi fundamental para a expansão da geração. E temos quatro critérios de suprimento: dois energéticos e dois de potência. São instrumentos importantes, mas temos discutido mais recentemente um aspecto que esses instrumentos não medem: a flexibilidade, sendo que flexibilidade operativa é o gargalo, é o recurso escasso neste momento. É importante que contratemos, sim, que façamos expansão com mais flexibilidade operativa. Então, esses dois instrumentos, mercado de contrato e critérios de suprimento, estão corretos. Mas mercado *spot* não existe no Brasil e, como disse há pouco, concordo com o professor Hogan quando ele diz que começamos do lado errado. Negligenciamos e não aprimoramos o mercado *spot*. Precisamos instituir o mercado *spot* porque só com ele conseguiremos eficiência produtiva e eficiência alocativa no uso de recursos energéticos. Hoje, o agente não tem incentivo econômico para reagir a preço. Qualquer reação dele não afeta o preço porque o preço já foi definido. Isso é claramente um sinal de ineficiência que precisa ser corrigido, o que vem sendo estudado na CCEE com o Projeto Meta 2.

► **Claudio Sales - Pergunta:** Eu gostaria de saber como está o Projeto Meta 2 (iniciativa da CCEE voltada a estudar caminhos para o futuro da formação de preços no mercado de energia).



Rodrigo Sacchi – O Projeto Meta 2 tem por objetivo propor um *roadmap* de implantação desse mercado *spot* que não existe no Brasil. O projeto começou em junho de 2023 e deve terminar em novembro deste ano (2025). São dois anos e meio de

execução. Já foram realizados quatro *workshops*, uma série de relatórios, *software*, treinamento, visitas técnicas. Estamos na reta final do projeto. No próximo e último *workshop*, previsto para dia 12 de novembro, faremos o fechamento do trabalho, empacotando a proposta que será apresentada ao Ministério de Minas e Energia para eventual tomada de decisão: implementamos ou não o mercado *spot*. Faremos uma proposta de implementação gradual. Nós entendemos as dificuldades de implementação de uma só vez, de tudo o que desejamos. Então, a estratégia é implementar paulatinamente para atrair a participação dos agentes no processo de formação de preço e despacho. É importante que todos os elos participem do mercado *spot* – tanto do lado de geração quando do consumo.

► **Claudio Sales - Pergunta:** Eu gostaria de colocar em debate um problema que tem se tornado crescente – o *curtailment*. Qual a saída?



Priscila Lino – O *curtailment* vem sendo intensificado por uma série de ineficiências. A sinalização de preço é uma delas. O sinal econômico para a expansão está muito equivocado. O sinal de preço precisa ser limpo – sem incentivo nem subsídio, respeitando os contratos. Pensando no *curtailment*, costumamos dizer que a matriz de risco no país está muito desequilibrada. Não é possível dizer que ter cortes de geração de energia da ordem de 70%, 80% era algo previsível, ainda mais por atraso de transmissão. Isso não é risco do negócio. O risco de confiabilidade do sistema não pode estar atribuído a essa magnitude de risco. A proporcionalidade desse risco é totalmente desequilibrada e precisamos discutir o reequilíbrio da matriz de risco. Há, também, a necessidade de melhorar o planejamento de longo e de curto prazo, identificando melhor os requisitos de que o sistema precisa no aspecto operativo. Caso o risco se torne imensurável para o investidor, a consequência pode ser não haver mais expansão do sistema.

► **Claudio Sales - Pergunta:** Tenho confiança e esperança de que as coisas mudem. Observando o setor, nunca caminhamos em linha reta. Temos a percepção de que poderíamos estar fazendo muito melhor, mas estamos fazendo: a matriz se expandiu, mas nesse caminho criamos problemas mais modernos, como o do *curtailment*, que se não forem resolvidos podem ser destruidores. A minha esperança é que, assim como resolvemos outros, vamos resolver o *curtailment* também. Gostaríamos agora de ouvir suas considerações finais.



Erik Rêgo – Diagnóstico técnico dos diferentes problemas nós temos. O que falta é, a partir do diagnóstico, termos um plano de ação a ser implementado para resolver um problema de cada vez. O processo de mudança, assim como a liderança de mudança, não é simples. E também temos a questão política: precisamos de uma liderança política para enfrentar os desafios, mas lembro que temos muitos pontos de consenso no setor.



Camilla Fernandes – Não acredito que vá surgir uma liderança personalista que vá nos guiar para o paraíso. A transformação terá que vir por uma articulação em rede para construir o consenso transversal e coletivo que nos leva a um futuro melhor, mesmo que alguns interesses de grupos não sejam plenamente atendidos, mas precisamos conseguir construir esse consenso e avançar com uma agenda de compromisso, angariando apoio não apenas no meio de especialistas, mas no Congresso, no Executivo, no Judiciário e, principalmente, no grande público. Essa é a realidade do setor elétrico que eu vejo. Se eu puder resumir, há três frentes: (1) sinais de preço para todos; (2) contratação da remuneração e cuidar do longo prazo porque o Brasil vai continuar crescendo e a demanda por eletricidade vai continuar aumentando; e (3) subsídio, um ciclo que precisa ser interrompido com compromisso e mobilização conjunta.



Priscila Lino – Precisamos agir. Pegar os problemas mais graves do setor e resolver. Todo mundo já sabe, por exemplo: (a) que estamos com déficit de potência para 2026; (b) que a gente precisa, antes que a renda suma, pensar em um desenho de mercado para reequilibrar as receitas de todos os segmentos; e (c) trazer o sinal de preço para todos para que possamos começar a ver o mercado se ajustando.



Rodrigo Sacchi – O que me resta é fazer um convite para que todos nos apoiem no aperfeiçoamento do modelo que a CCEE está propondo – modelo, processo, regulação. Temos uma série de instrumentos que já estão na programação diária e uma série de aprimoramentos que precisamos fazer no processo para formação de preço que temos hoje. E deixo o convite para o fechamento do Projeto Meta 2. O desafio é fechar uma proposta para o dia 12 de novembro e apresentar para o MME uma proposta escalonada de implementação desse mercado *spot* que eu julgo necessário em função de todos os benefícios de eficiência produtiva e alocativa que teremos.

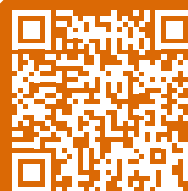






Os vídeos completos do evento
“Brazil Energy Frontiers 2025”
estão disponíveis em nosso site
e no nosso canal do YouTube

Aponte a câmera
para o QR Code ao lado
e assista ao conteúdo
completo do evento.



PATROCINADORES

OURO



PRATA



BRONZE



REALIZAÇÃO

